

Das Organizações e Movimentos Sociais das Américas aos Ministros de Defesa

No contexto da X Conferência de Ministros da Defesa das Américas, que ocorrerá em Punta del Este (Uruguai) entre os dias 8 e 10 de outubro do presente ano, queremos destacar o seguinte:

Reunidos em Cartagena, Colômbia, em abril deste ano, na Cúpula dos Povos, paralela à Cúpula das Américas, manifestamos nossa preocupação pelo aumento da presença militar dos Estados Unidos na região, situação essa que ameaça a soberania de todos os nossos povos e o direito à paz que os Estados devem garantir.

Nessa ocasião, as organizações e movimentos sociais das Américas solicitaram aos governos seu compromisso proativo na desmilitarização do continente, o qual implica, entre outras ações:

- Eliminação das bases militares estrangeiras do continente e retirada das tropas estrangeiras que operam em bases nacionais;
- Supressão dos exercícios militares conjuntos realizados segundo a doutrina do Pentágono e sob sua direção;
- Fechamento da Escola das Américas, WHINSEC – Instituto de Cooperação para a Segurança das Américas;
- Pôr termo à patrulha da IV Frota da Marinha estadunidense, às costas e redes fluviais da América Latina;
- Acabar definitivamente com a resposta militar à “guerra contra as drogas”, que provoca anualmente milhares de mortes – especialmente na Colômbia, México e América Central -, substituindo-a por uma política pública integral, multilateral e com ênfases em medidas de saúde pública.

Desta forma, demandamos urgentemente aos Estados que revertam a tendência a militarizar funções do Estado que não competem à Defesa e, por conseguinte, ao âmbito militar. Os Estados democráticos de direito possuem organismos especializados e idôneos, de caráter civil, para a atenção humanitária ante as catástrofes naturais, o controle das migrações ou as políticas de segurança cidadã.

Lembramos que as Forças Armadas têm sido concebidas e articuladas para a eventualidade de conflitos que envolvem outras nações e para eventuais enfrentamentos bélicos.

Nenhuma das situações mencionadas anteriormente põe em risco a soberania nacional, portanto, não há razão alguma para que a instituição militar, que não é preparada para isso, substitua ou complemente a atenção em âmbitos que correspondem a outras instituições que especificamente foram arquitetadas e implementadas para responder às situações apontadas acima.

Repudiamos a política impulsionada pelos EUA que alguns países estão adotando, de envolver as Forças Armadas em assuntos de segurança interna sob o pretexto das “novas ameaças”, incorporando a este conceito fenômenos diversos como o narcotráfico, o protesto social, a resistência à instalação de megaprojetos de infraestrutura ou a extensão do agronegócio como modelo de desenvolvimento hegemônico. Os assuntos referentes à segurança interna são âmbitos de absoluta competência da Polícia, portanto, devem permanecer sob sua órbita, com estrito controle e apego ao respeito dos direitos humanos. Nem as Forças Armadas, nem a Polícia devem ser utilizadas pelos governos para reprimir os protestos sociais.

Enfatizamos sobremaneira, a necessidade de reverter o incremento do gasto militar, estimulado muitas vezes pela presença e a execução de convênios de cooperação com os Estados Unidos; experiências em vários países demonstram que o gasto público dedicado ao militar, implica em detrimento aos gastos sociais. Por isso, acreditamos que a Cúpula de Ministros da Defesa é uma excelente oportunidade para avançar em uma agenda visando à desmilitarização do nosso continente, para converter as Américas em um território de paz.

Conclamamos os governos a continuar e a aprofundar o apoio social e econômico à República do Haiti e a concretizar a retirada total das tropas da MINUSTAH no próximo período. A segurança é um elemento multidimensional que deve se materializar na perspectiva integral dos direitos humanos, desse modo a ajuda ao Haiti não deve ser de caráter militar.

Com a mesma convicção e postura de defesa da soberania nacional, da autodeterminação e o respeito às instituições de um Estado de direito com que repudiamos o golpe de Estado em Honduras, hoje repudiamos o golpe de Estado institucional no Paraguai. Do mesmo modo como chamamos a atenção dos nossos Estados sobre a ameaça de reprodução dessas situações em outros países da região, expressamos que não é suficiente pronunciar o repúdio, mas também que é fundamental sustentá-lo através de ações políticas, caso contrário, as situações e governos ilegítimos acabam se naturalizando e se legitimando por parte da comunidade internacional.

Neste sentido, queremos manifestar nossa profunda preocupação pelos acontecimentos que estão se desenvolvendo na irmã República da Argentina; lembramos que a construção democrática se aprofunda no âmbito do debate, a discussão e a confrontação de idéias e propostas, não na utilização ilegítima do poder para desestabilizar o Estado de Direito. Nossos países têm uma terrível e triste história recente sobre a qual devemos construir Memória; nem os governos, nem os povos devem permitir que voltem a ocorrer os horrores do passado.

Finalmente, instamos aos Estados a prestar especial atenção ao processo de diálogo anunciado na Colômbia, que conduziria à solução negociada do conflito armado vivido nesse país. A violência desatada por dito conflito tem provocado milhares de mortes, milhões de deslocamentos forçados, graves violações aos direitos humanos e se converteu em um pretexto para justificar a intervenção militar estadunidense na Colômbia e em toda região. Por isso, sua solução é

necesária, bem-vinda, e seria uma contribuição decisiva para a estabilidade regional, a defesa da soberania, assim como uma motivação para fortalecer a integração regional.

Atenciosamente:

Adolfo Pérez Esquivel, Premio Nobel de la Paz
Martín Almada, Premio Nobel Alternativo de la Paz
Claudio Capuano, titular de la Cátedra Libre de salud y Derechos Humanos de la Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires
Ana Criquillion, Directora Ejecutiva del Fondo Centroamericano de Mujeres (CAWF)
Diana Noy López, psicóloga, Uruguay

Agrupación de Familiares de Ejecutados Políticos (AFEP), Chile
Associação de Favelas de São Jose dos Campos – SP-Brasil
Alianza Mexicana por la Autodeterminación de los Pueblos (AMAP)
Alianza Social Continental
Alliance for Global Justice, EEUU
Campaña América Latina y el Caribe, una región de paz: Fuera las bases militares extranjeras
Campaign for Labor Rights, EEUU
Coalición No Bases, Colombia
Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo, CODEPU, Chile
Comisión Ética Contra la Tortura (CECT), Chile
Comité Oscar Romero, Chile
COMISEDE, Perú
Comunidad Ecueménica Martín Luther King, Chile
Convergencia de Movimientos de los Pueblos de las Américas-COMPA
Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras.
COPINH
CTC-VZLA- Venezuela
Fellowship of Reconciliation, EEUU
Grito de los Excluidos/as- Continental
Inserreccion Autonoma/Honduras
Llamamiento de los 100, Argentina
SERPAJ, América Latina
SERPAJ, Argentina
SERPAJ, Chile
SERPAJ, Paraguay
SERPAJ, Uruguay
Movimiento por la Paz, la Soberanía y la Solidaridad entre los Pueblos (Mopassol), Argentina
Nicaragua Network, EEUU
Nicaragua Center for Community Action (NICCA), EEUU
Observatorio por el Cierre de la Escuela de las Américas (SOAW)
Observatorio de medios en Derechos Humanos - Medios al Derecho / MAD - Colombia

Otros Mundos AC/Chiapas, México
Organización Fraternal Negra de Honduras- OFRANEH.
PAPDA, Haití
Proyecto CEIS - Colectivo de estudios e investigación social - Colombia
Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo
(PIDHDD)
Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC)

Traducción: Olga Benario